

6. EMPREITADA "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 3 – MAKRO":

Da **DMOSM** submetendo proposta relativa ao processo mencionado em epígrafe, tendo em vista a aprovação da prorrogação de prazo de 40 dias, nos termos propostos na informação técnica subscrita pela gestora do contrato, que se anexa.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

Corundo

A Diretora da DMOSM,



(Eng.ª Alzira Torres)

2020/03/12

Despacho:

À m. do Excmo.

O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

20/03/12

Órgão competente: Câmara Municipal

Empreitada: “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 3 - MAKRO”

Assunto: Aprovação da prorrogação de prazo

Propõe-se a **aprovação da prorrogação de prazo**, pela Câmara Municipal, por um prazo de 40 dias, nos termos propostos na informação técnica subscrita pela gestora do contrato.

03 de março de 2020

A Gestora do Contrato,

Anexo: Informação técnica;

Parecer da fiscalização externa;

Pedido de prorrogação de prazo



BRAGA
Município

DMOSM - DOM-DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS

Processo Obra: 2019/300.10.001/286

Registo de entrada: E/7274/2020 de 12/02/2020

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Local da obra: "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 3 – MAKRO"

Informação: 9852 de 02/03/2020

Assunto: Resposta ao pedido de prorrogação de prazo – LOTE 3 - MAKRO apresentado através do doc. entrada n.º 7274

Informação:

A entidade executante da empreitada do Lote 3 – Makro, apresentou um pedido de prorrogação de prazo em 12/02/2020, relativamente ao qual a fiscalização externa emitiu o parecer que se anexa.

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA e o parecer da fiscalização, cumpre-me informar o seguinte:

- confirmam-se os constrangimentos causados pelo atraso na análise e resposta a diversos pedidos de esclarecimentos;
- confirma-se a entropia causada pela demora na realocização dos contentores de recolha de resíduos por parte da AGERE e que obrigaram a uma reformulação do projeto;
- considerando o tipo de intervenção, é um facto que as condições climáticas têm afetado desfavoravelmente o andamento dos trabalhos, já que o valor de precipitação desde outubro a janeiro de 2020 registou valores superiores ao normal para a época e relativamente a anos anteriores, no entanto este facto não poderá ser imputável ao dono de obra já que são pressupostos que o contraente público não consegue controlar;
- dada a densidade populacional da área de intervenção, e a constante falta de colaboração/compreensão por parte dos moradores/utilizadores da zona, os rendimentos dos trabalhos tem sido muito inferiores ao expectável, já que, com vista a minimizar os constrangimentos à população local, é necessário garantir constantemente o acesso pedonal aos prédios e o acesso carral às garagens levando a interrupções frequentes no andamento dos trabalhos;



- não obstante a grande afluência de trânsito que a entidade executante alega como fator inibidor de andamento dos trabalhos ao ritmo programado no planeamento contratual, é importante referir que este facto estava patente em fase de concurso, pelo que devia a entidade adjudicante, diligentemente, ter tido em conta este tipo de situações quando elaborou a sua proposta;
- por outro lado aceitamos que o estacionamento abusivo que se verifica, quer em zonas vedadas para intervencionar, quer em zonas já intervencionadas, obrigando à reparação constante de diversas áreas de pavimento, possa contribuir numa pequena parte para o atraso da obra, no entanto tem sido pedido o apoio da Polícia Municipal por forma a minimizar estes casos.
- considerando que no início da empreitada, era intenção da Entidade Executante, a interdição completa da circulação de viaturas e pessoas nas zonas de intervenção, tendo-se verificado que esta solução era inviável, devido aos constrangimentos que viria acarretar para os moradores e utentes da via pública, optou-se por realizar a intervenção faseada, isto é, intervindo apenas num dos lados do passeio de cada vez, e sem intervir em várias ruas ao mesmo tempo, o que por si só provoca alguns atrasos na obra.

Nestes termos, proponho que se conceda a prorrogação do prazo de execução por 40 dias, nos termos solicitados, de acordo com os documentos que compõe o plano de trabalhos ajustado a este pedido de prorrogação de prazo.

No entanto, atendendo que os desvios na execução dos trabalhos, não resultam unicamente de factos imputáveis ao dono de obra, que o mesmo conhecesse ou não devesse ignorar, mas também de factos imputáveis à Entidade Executante, consideramos que esta deve **abdicar de quaisquer indemnizações legais a que pudesse ter direito, relativamente a metade do prazo proposto, ou seja, 20 dias.**

À consideração superior.

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A gestora do contrato,

PT n.º 02/2020

Data 20/02/2020

Empreitada	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS NA ENVOLVENTE DA MAKRO – LOTE3
Dono de Obra	MUNICÍPIO DE BRAGA
Entidade Executante	ABB – ALEXANDRE BARBOSA BORGES S.A.
Assunto	PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1. Introdução

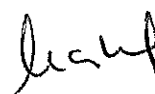
O presente documento visa apresentar parecer relativo à apresentação de um pedido de prorrogação de prazo entregue em 12.02.2020 pela Entidade Executante, nas instalações da Câmara Municipal de Braga, da Empreitada designada por Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Makro – Lote 3.

2. Fundamentação Técnica

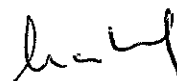
A empreitada supracitada iniciou os trabalhos a 17.09.2019 e tinha previsto o seu término para o dia 14.03.2020, prazo total para execução dos trabalhos de 180 dias. No entanto, a Entidade Executante apresentou uma exposição onde refere que dadas as vicissitudes enfrentadas e as reais condições de execução dos trabalhos é-lhe impossível o cumprimento do prazo estabelecido. A Entidade Executante apresenta os motivos que o levam ao pedido de prorrogação de prazo de 40 dias, motivos esses que serão analisados de seguida.

Vejamos então os motivos que determina o presente pedido de prorrogação apresentado pela Entidade Executante:

1. *Ao longo da execução do contrato tem-se revelado necessário alterar e compatibilizar o projeto com a realidade da obra, o que por si só, representa um entrave à normal execução do contrato.*



2. *Ora, se é certo que esta factualidade tem sido uma constante, também é certo que a resposta por parte do Dono de Obra não tem sido pronto e célere o que dificulta, ainda mais, a obtenção dos rendimentos preconizados.*
3. *A título de exemplo, algumas das necessidades de alteração e compatibilização do projeto foram comunicadas pela signatária aquando o início dos trabalhos, sendo que, algumas continuam, à data de hoje, por resolver, outras apenas foram resolvidas recentemente;*
4. *De igual modo, o facto de não se encontrar identificado, em projeto de execução, as ligações de águas pluviais a executar – ligações entre os sumidouros novos a instalar e a rede de águas pluviais existente – acarretou uma enorme perda de tempo no seu levantamento, estudo e execução, tudo com prejuízo dos rendimentos expectáveis e do cumprimento do prazo de execução;*
5. *De outra parte, antes da consignação da empreitada, a Agere instalou contentores de resíduos (enterrados) em locais onde está previsto ser zona de estacionamento o que impediu a execução dos trabalhos;*
6. *A título de exemplo, a signatária não conseguiu dar continuidade aos trabalhos na Rua Germão Galharde por falta, até à data, da remoção dos contentores;*
7. *Em acrescento, tem a signatária sido impedida de executar trabalhos em várias frentes da obra devido aos constrangimentos causadas, quer pela afluência de trânsito que se faz sentir nesta zona, quer pelos estacionamento abusivos verificados diariamente, quase com que a empreitada não tivesse sido totalmente consignada.*
8. *Ou seja, diariamente a signatária depara-se com a impossibilidade de executar os trabalhos de acordo com o planeamento contratual, uma vez que os constrangimentos associados à elevada afluência de trânsito e o estacionamento abusivo verificado acarretam que a signatária não tenha na sua “posse” toda área a intervir;*



9. Sendo forçada a executar trabalhos de forma clara e evidentemente condicionada, vendo-se impossibilitada de seguir o faseamento e sequência preconizados, tendo de executar os trabalhos em troços reduzidos e com poucas frentes de trabalho ao mesmo tempo;
10. Por último, outro dos factores que legitima a presente prorrogação de prazo tem que ver com as condições climáticas manifestamente adversas verificadas nos últimos meses, com ventos fortes e chuvas intensas que vieram prejudicar (ainda mais) o normal desenvolvimento dos trabalhos, afetando consideravelmente os rendimentos;
11. O que é agravado pelo facto de os trabalhos se desenrolarem, apenas, em vias de comunicação e zonas pedonais em constante utilização pelos munícipes.

Relativamente aos pontos 1, 2, 3, 5 e 6: A Entidade Executante apresentou ao longo da execução dos trabalhos vários pedidos de esclarecimento que não tiveram uma resposta célere, como se poderia esperar. Falamos Escada/Rampa de acesso da Rua Dom Jorge da Costa à Rua Dr. António Palha, contentores enterrados de resíduos da AGERE em locais onde está previsto ser zona de estacionamento, trabalhos na Rua Artur Bivar e Iluminação pública.

- Escada/rampa acesso da Rua Dom Jorge da Costa à Rua Dr. António Palha: A Entidade Executante solicitou esclarecimentos devido à impossibilidade de fixação da escada à laje de cobertura das garagens pertencentes aos edifícios contíguos. Este pedido de esclarecimento foi enviado no dia 02.10.2020 e ainda se encontra em fase de análise.

- Contentores enterrados de resíduos colocados pela AGERE em locais onde está previsto ser zona de estacionamento – A Entidade Executante solicitou esclarecimentos relativamente aos contentores enterrados que estavam na zona de execução dos trabalhos. O pedido de esclarecimento foi enviado em 15.11.2020 e em 17.02.2020 a AGERE terminou os trabalhos de transferência dos contentores enterrados para outro local.

- Rua Artur Bivar: A Entidade Executante solicitou um pedido de esclarecimento devido a não ser possível reduzir a largura da caldeira das árvores existentes sem que se executasse o abate das mesmas; Este pedido foi enviado em 28.11.2019 e em 16.01.2020 foi enviada a resposta definitiva à Entidade Executante.



- **Iluminação Pública:** A Entidade Executante solicitou um pedido de esclarecimento porque na Praça Padre Ricardo da Rocha está previsto colocar 2 postes de iluminação novos e relocalizar 2 postes existentes simples. O problema é que os postes de iluminação existentes no local (que são para relocalizar) são duplos e não simples. Como os postes vão ser relocalizados junto à fachada desse Edifício, a iluminação a colocar nesse local tem que ser simples e não dupla porque senão a luminária bate no Edifício.

Este pedido de esclarecimento foi enviado no dia **04.11.2020** e foi obtida uma resposta no dia **23.01.2020**.

Relativamente ao ponto 4: confirma-se a falta de identificação em projeto das ligações entre os sumidouros nas e a rede de águas pluviais existente, o que acarretou um atraso na preparação e execução desse tipo de trabalhos.

Relativamente aos pontos 7, 8 e 9: Apesar de se confirmar a grande afluência de trânsito que a Entidade Executante manifesta no ponto 7 e 8, também podemos constatar que o tráfego era visível à data do concurso. No entanto, aceitamos que o estacionamento abusivo se verifica diariamente apesar dos esforços da Entidade Executante para vedar a área de intervenção. Para além de não haver colaboração/compreensão por parte dos residentes/ utilizadores da área a intervencionar o que tem posto em causa o normal andamento dos trabalhos. Devido a este facto a Entidade Executante tem vindo a reduzir a abertura de novas frentes de trabalho em simultâneo com vista a minimizar os constrangimentos à população.

Relativamente ao ponto 10: é um facto que de acordo com o Instituto Meteorológico do mar e Atmosfera (IPMA,) o valor médio da quantidade de precipitação no presente ano hidrológico 2019/2020, desde 1 de outubro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, foi de 498.5 mm, corresponde a 106 % do valor normal. O valor de precipitação acumulado desde o início do ano hidrológico é superior ao valor normal e ao que se verificava no ano hidrológico anterior.

A cidade de braga no mês de janeiro teve uma Precipitação máxima diária (milímetros) de 37.2 mm.

Esta situação tem vindo a afetar o normal desenvolvimento dos trabalhos, para além de danificar alguns trabalhos já executados.



Relativamente ao ponto 11: consideramos que a empreitada se situa numa zona com um grande volume de habitantes em que é necessário proceder constantemente a caminhos de circulação para a utilização dos munícipes quer acessos pedonais quer nos acessos carrais as garagens.

3. Plano de Trabalhos

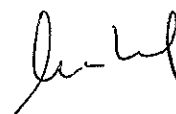
A Entidade Executante apresentou, nos termos do artigo 361º o plano de trabalhos composto por todos os seus elementos enquadrando todos os trabalhos que ainda estão por realizar.

O caminho critico do plano de trabalhos está presente em todos os capítulos, situação esta que deve a Entidade Executante, no entender da Fiscalização, planejar rigorosamente os trabalhos a executar em obra para não haver desvios na sua execução. Acharmos menos importante a execução da sinalização pois a Entidade Executante já tem em sua posse a sinalização a colocar, não sendo um fator de risco para a Empreitada.

O Plano de pagamento e o cronograma financeiro está adequado aos 40 dias agora apresentados.

De seguida apresenta-se um quadro resumo com as datas chave da Empreitada:

	Início	Conclusão	Duração Empreitada
Plano de trabalhos ajustado à consignação	17/09/2019	14/03/2020	180 dias
Plano de trabalhos atualizado	17/09/2019	23/04/2020	220 dias



4. Conclusão

Face ao acima exposto, a Fiscalização entende que o prazo apresentado pela Entidade Executante é adequado à realização dos trabalhos em falta, devendo cumprir com o plano de trabalhos apresentado, planeando atempadamente as equipas de trabalho, de modo a não comprometer a conclusão da Empreitada nos prazos agora apresentados.

Deixamos à consideração do Dono de Obra à aprovação do plano de trabalhos apresentado.

A Fiscalização